

-----Acta nº. 19-----

-----Aos quatro dias do mês de Julho de dois mil, pelas catorze horas e trinta minutos, nesta Cidade e Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Municipal de Torres Vedras, conforme Edital número oitenta e dois, barra, zero zero, de vinte e seis de Junho de dois mil, sob a presidência do Sr. Dr. Jacinto António Franco Leandro, estando presentes os Vereadores Srs.:-----

-----António Maria da Silva Ferreira Nunes.-----

-----Engenheiro João António Pistacchini Calhau.-----

-----Dr. Jorge Ralha Vieira Leitão.-----

-----Dr. Luís Filipe Natal Marques Santos.-----

-----Joaquim Alberto Caetano Dinis.-----

-----Engenheiro José Francisco Damas Antunes.-----

-----José António do Vale Paulos.-----

-----Dra. Isabel Maria Prior Pinheiro.-----

-----A reunião foi secretariada pelo Dr. Acácio Manuel Carvalhal Cunha, Director de Departamento Municipal de Administração Geral e Finanças.-----

-----Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL – FREGUESIAS DE SÃO PEDRO E SANTIAGO – SANTA MARIA E SÃO MIGUEL – LIMITES URBANOS DA CIDADE:-----

-----Dando início à reunião, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador Engenheiro João António, o qual havia já solicitado autorização para apresentar algumas questões de fundo.-----

-----O referido Sr. Vereador começou por declarar que não é contra a alteração do perímetro urbano da cidade, pois na sua opinião a cidade pode crescer, não só pelo aumento da população, mas também por outras razões. A acontecer o aumento do perímetro urbano terão, necessariamente que se verificar duas condições básicas, como seja o desenvolvimento da cidade e a expansão com qualidade, devendo o Regulamento do Plano Director Municipal ter um maior rigor.-----

-----Na sua opinião a Câmara não poderá licenciar qualquer obra nas novas áreas urbanas sem que esteja em vigor o Plano de Urbanização da cidade.-----

-----Em relação às áreas turísticas referiu que todas elas deverão ser objecto de Planos de Pormenor.-----

-----Referiu ainda que não é aceitável que continue a existir a figura do “Interesse Municipal”, pois a palavra “nomeadamente” que consta do actual artigo vinte e cinco é demasiado permissiva.-----

-----Frisou que mesmo que o perímetro urbano não aumente, a ocupação das zonas urbanas ou urbanizáveis ainda não desenvolvidas corresponde a um aumento da população na ordem dos trinta por cento, o que inevitavelmente se traduzirá em igual aumento de tráfego, tornando a actual rede

viária insuficiente, criando-se assim uma situação insustentável.-----

----A crescer ao aumento da população registou o facto da indústria estar a ser substituída por comércio e serviços, o que origina um maior fluxo de trânsito em termos de entradas e saídas.-----

----Assim, disse que gostaria de ter a certeza que na proposta do Plano Director Municipal ficará assegurada uma via circular a Torres Vedras, com duas faixas em cada sentido. Referiu que hoje ainda é possível garantir essa via, a qual teria algumas radiais que trariam o trânsito para dentro da cidade.-----

----Declarou não concordar com a via que passa pelos Cucos e vai até à Estrada Nacional Nove.-----

----Quanto às áreas turísticas declarou que as mesmas deverão ter características que permitam classificá-las como mais valia para o Concelho, nunca podendo surgir como um loteamento encapotado, devendo essas áreas turísticas terem parâmetros diferentes conforme estejam inseridas na cidade ou na área rural.-----

----Disse concordar com a existência de uma área turística na zona do Forte de S. Vicente, mas com regras bem definidas.-----

----Alertou para as diferentes características que deverão ter cada uma das zonas turísticas citando o caso dos Cucos ou do Forte de S. Vicente que são diferentes.-----

----Quanto a zonas turísticas em Quintas tradicionais entende que, as mesmas terão de ser obrigatoriamente sujeitas a Planos de Pormenor, pois o turismo rural é possível, mas com limites, não fazendo qualquer sentido a existência de apartamentos turísticos nessas quintas, sob pena de as mesmas virem a desaparecer.-----

----Resumindo a sua intervenção o Sr. Vereador Engenheiro João António declarou que devem ser definidas as áreas turísticas e que deverá desaparecer o artigo vinte e cinco do actual Regulamento do Plano Director Municipal.-----

----Disse aceitar a área turística do Forte de S. Vicente, embora só com hotel.-----

----Quanto à área turística prevista para os Cucos, entende que a mesma deve abranger única e exclusivamente a planície, não fazendo sentido o aproveitamento da encosta, devendo esta zona contemplar apenas uma unidade hoteleira e não um aldeamento.-----

----Disse não concordar com o aproveitamento das Marvãs para área turística, não fazendo sentido também a área prevista junto à Auto-Estrada que é adjacente ao perímetro urbano.-----

----Quanto à Quinta da Macheia considerou que a mesma não faz sentido, pois os seus proprietários podem sempre recorrer ao turismo rural.-----

----Referiu que de onze áreas turísticas previstas no actual Plano Director Municipal, passa-se para vinte e seis, o que, na sua opinião, demonstra que estas áreas terão que ser pensadas globalmente.-----

----Fazendo uma análise aos equipamentos propostos para a cidade salientou que apenas foi adicionada uma área, destinada a um eventual estabelecimento hospitalar. No entanto aguarda que o

Plano de Urbanização da cidade venha a definir melhor a questão dos equipamentos.-----
----No tocante às áreas industriais deu nota de que da cidade foram retiradas sete áreas pequenas e uma grande, o que faz sentido. Contudo subsiste-lhe uma dúvida, pois não sabe onde se irão instalar os operadores que pretendam sair das futuras zonas urbanas, pois não existem loteamentos industriais.-----
----Entende que a Câmara tem que intervir activamente no mercado, infraestruturando as zonas industriais e criando incentivos aos industriais para que se instalem nos locais apropriados.-----
----Prosseguindo, declarou que para si constituiu uma agradável surpresa a proposta de uma área verde ecológica urbana em redor da cidade, pois a mesma garante, no futuro a existência de uma zona verde.-----
----Disse estimar que a zona Norte venha a sofrer um aumento de vinte por cento.-----
----Quanto à área de Arenes salientou que deve continuar a ser exigida a apresentação de estudos de hidráulica atenta a natureza da zona.-----
----Por outro lado constata que grande parte da zona Norte, já urbana e ainda não construída representa um aumento da população na ordem dos cinquenta por cento.-----
----Acrescentou ainda que desde Torres Vedras até Varatojo a proposta é de que seja tudo urbano, o que, na sua opinião tem que ser repensado, pois algumas áreas urbanas terão de ficar com limites bem definidos. Citou o caso da Encosta de Varatojo onde deverá apenas ser permitida a construção de vivendas, e ainda a possibilidade de a parte verde das encostas ser sempre visível a partir da cidade.-
----Também à zona a Sul do Bairro Vila Morena deverá ter apenas vivendas com dois pisos.-----
----Quanto à zona central da cidade, disse estar previsto um aumento populacional na ordem dos vinte a vinte e cinco por cento.-----
----No que se refere à zona Sul da cidade declarou que a proposta da equipa equivale a um aumento de cento e vinte hectares da área habitável, o que significa um crescimento da zona na ordem dos trezentos por cento.-----
----Acrescentou que é preciso ter muito cuidado na zona do Barro, onde a transição deve ser demarcada de modo a ficar salvaguardado o que foi o Barro.-----
----Por outro lado a área urbana a Sul da cidade “deve ser limitada em volta do alguidar”, sob pena de, todo o monte ficar desvirtuado.-----
----Referiu ainda que algumas zonas urbanas terão de ser repensadas, como seja a Quinta das Marvãs onde é proposta a criação de uma área urbana que ronda os sessenta e seis hectares.-----
----O Sr. Presidente disse concordar com parte da intervenção do Sr. Vereador Engenheiro João António, no entanto algumas das coisas que disse não são exactas.-----
----Relativamente às áreas turísticas deu nota de que nunca foi definida uma filosofia de desenvolvimento e definição.-----

-----Referiu que a proposta de Plano Director Municipal agora em discussão não é comparável ao que está em vigor até pelos meios de que a equipa dispõe. Como exemplo deu nota do caso do Choupal que no actual Plano Director Municipal está classificado de urbano.-----

-----No que se refere à reconversão de Arenes informou que esta intenção nasceu aquando da discussão do Plano Estratégico da Cidade, dado se ter reconhecido o interesse em ganhar toda aquela zona para a cidade, onde já coabitam o comércio, os serviços e alguma habitação.-----

-----Quanto às zonas turísticas salientou que no concelho não existe um empreendimento turístico com qualidade, pelo que no Regulamento terá que ficar bem definido o que se pretende para cada uma das novas zonas.-----

-----Lembrou que o Plano Director Municipal está a ser estudado para um horizonte de vinte a trinta anos, pretendendo-se que Torres Vedras venha a liderar um determinado pólo, enquanto cidade média, pelo que não considera demasiado que já se aponte para um horizonte de quarenta mil habitantes, prevendo-se um crescimento com qualidade.-----

-----No tocante à rede viária disse concordar com a reserva de corredores sempre que possível, no entanto tem a noção de que a auto-estrada constitui já por si uma variante Nascente à cidade, não sendo talvez possível prever-se outra.-----

-----Referiu que a Variante Poente vai continuar em três fases, a Norte não sabe se será possível dar-lhe continuidade formando a circular.-----

-----Relativamente às zonas industriais salientou que é da maior importância a criação dessas zonas, de modo a garantir a existência de indústria no Concelho, tendo informado que brevemente irá apresentar ao Executivo uma proposta para a constituição de uma empresa municipal para avançar com o loteamento industrial.-----

-----Voltou a usar da palavra o Sr. Vereador Engenheiro João António para dar nota da sua preocupação quanto á rede viária de acesso a Varatojo tendo em conta que se irão desenvolver duas manchas urbanas ao longo de uma estrada cheia de curvas e de acentuado declive.-----

-----Quanto à eventual circular Nascente, referiu que a mesma ao surgir deverá servir a zona de Arenes e do Loteamento do Alto de São João e não apenas como by-pass.-----

-----Relativamente aos empreendimentos turísticos, concordou que de facto não existem no Concelho empreendimentos de qualidade, o que não significa que se venha a optar por apartamentos turísticos, dado que o artigo vinte e cinco já permitiu a concretização de alguns.-----

-----Assim, deixou clara a sua preocupação em não deixar que as áreas turísticas se venham a transformar em apartamentos turísticos.-----

-----O Sr. Vereador Dr. Natal Marques reportando-se à intervenção do Sr. Vereador Engenheiro João António referiu que cento e vinte hectares de área urbana não significa a mesma área de construção, uma vez que haverão áreas de cedência, arruamentos e zonas verdes.-----

-----Quanto à figura do “Interesse Municipal”, entende que a mesma deve continuar a existir, porque muito embora se faça uma previsão o mais abrangente possível, nada nos indica que no futuro surja um empreendimento que tenha que ser inviabilizado por não se dispor desta possibilidade. Entende que o Concelho não deve prescindir do artigo vinte e cinco para utilização em situações esporádicas.-----

-----O Sr. Vereador Engenheiro João António disse concordar com o Sr. Vereador Dr. Natal Marques, pois não é fundamentalista. Também aceita excepções, no entanto em todas as reuniões de Câmara têm sido concedidos “Interesses Municipais”. O artigo vinte e cinco pode continuar mas regulamentado de outra forma, como seja fazer depender a decisão do Órgão Deliberativo.-----

-----O Sr. Vereador Ferreira Nunes felicitou o Sr. Vereador Engenheiro João António pelo detalhe na análise que fez ao documento que foi entregue o qual pretendeu ser a sustentação para o aumento das zonas urbanas.-----

-----Declarou não estar completamente esclarecido com a argumentação apresentada para justificar o aumento do perímetro urbano, que permitirá a construção de mais cinco mil fogos, o que corresponde à duplicação do número de habitantes da cidade.-----

-----Na sua opinião este aumento não é necessário para duplicar o número de habitantes uma vez que a total ocupação do perímetro urbano já definido irá permitir essa duplicação.-----

-----Da análise que fez, concluiu que a proposta reduz a área destinada a actividades económicas em vinte e oito hectares, pelo que terão que ser encontradas alternativas.-----

-----Quanto a zonas desportivas lamentou que Torres Vedras continue a não aproveitar oportunidades aparentemente visíveis, como seja a zona das Marvãs. Frisou que a Câmara não precisa de ser proprietária dos terrenos, mas terá que saber gerir os espaços ainda livres. Neste caso concreto o operador dispõe de sessenta hectares para urbanizar o que dá perfeitamente para um Parque Desportivo.-----

-----Relativamente ao Vale do Barro, fez notar que em reuniões anteriores ficou com a ideia que toda aquela zona ficaria livre de construção, no entanto agora verifica que isso não acontece.-----

-----Declarou que na sua opinião aquele Vale é o último reduto visível em termos ecológicos em Torres Vedras, pelo que é “quase criminoso aprovar cogumelos de betão naquele espaço”. Aquele é o único Vale limpo do lado direito da Estrada Nacional Oito, pelo que, na sua opinião, para além do que já é hoje área urbana do actual Plano Director Municipal, não deve ser permitida mais construção.-----

-----Questionou como é possível admitir o aumento do perímetro urbano, quando ainda não foi apresentada uma sustentação razoável para a actual área urbana.-----

-----Por esta razão, na zona das Marvãs só considera aceitável o crescimento até meia encosta.-----

-----Disse ainda que gostaria de ser esclarecido se esta escapatória da área verde ecológica não irá

permitir o surgimento de construções, como acontece com o artigo vinte e cinco, pois gostaria de ter a certeza inequívoca de que não irá ficar tudo pintalgado de construções.-----

-----O Chefe de Divisão do Ordenamento do Território esclareceu que a área verde ecológica faz parte da malha urbana mas são espaços não construíveis.-----

-----O Sr. Vereador Caetano Dinis declarou concordar com muito do que disse o Sr. Vereador Engenheiro João António, pois foram apontadas algumas preocupações com as quais também comunga.-----

-----Na sua opinião é de primordial importância a marcação concreta da rede viária, dado que a nova malha urbana se tem vindo a servir do que já existia, com todos os inconvenientes daí advenientes em termos de tráfego.-----

-----Quanto às áreas industriais, considera que a Câmara tem que olhar em frente, pois irão surgir novas centralidades que terão que ser revitalizadas e valorizadas de modo a não serem criados ghettos.-----

-----Relativamente à duração do Plano Director Municipal, considerou utópico prever-se que o mesmo venha a durar cerca de vinte anos, tendo como exemplo o Plano em vigor que após sete anos de estudo e três de vigência foi concluído que teria que ser revisto.-----

-----O Sr. Presidente questionou se está previsto o impacto que o Aeroporto na Ota poderá originar, pois gostaria que ficassem acauteladas algumas situações.-----

-----O Sr. Vereador Caetano Dinis referiu que o Concelho de Torres Vedras é a última coroa a crescer com o Aeroporto, no entanto esta preocupação não deve ser posta de parte.-----

-----O Chefe de Divisão de Ordenamento do Território informou que qualquer das áreas turísticas estão sujeitas a Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, as quais irão constituir um anexo ao Regulamento. Este documento conterá todos os índices inerentes a cada empreendimento turístico.---

-----No que se refere ao caso concreto da zona turística da Quinta da Macheia informou que está em curso a revitalização das Termas dos Cucos e que essa intervenção prevê a inclusão da Quinta para apoio aos utilizadores de Terceira Idade.-----

-----Ainda relativamente à zona das Marvãs há que definir o número máximo de camas.-----

-----Deu nota de que os fogos licenciados no espaço urbano e ainda por construir ascendem a mil quatrocentos e cinquenta e quatro fogos, não estando contabilizados os oitocentos fogos a construir no loteamento da Portela da Vila, uma vez que se insere fora do perímetro urbano da cidade.-----

-----Por último referiu que o aumento de crescimento previsto é de cerca de dezasseis por cento.-----

-----O Sr. Presidente lembrou que também há algumas situações em que a área urbana é reduzida, como seja o caso da zona do Parque de Exposições que ascende a cerca de doze hectares. Por outro lado as áreas empresariais passarão a ser compatíveis com as urbanas. A zona Sul é o único sítio que tem um encaixe natural para crescer, sendo a cidade também alvo de uma Unidade Operativa de

Gestão.-----

----De seguida o Sr. Presidente sugeriu que se passasse à análise das cartas, começando pela rede viária.-----

----O Sr. Vereador Engenheiro João António começou por manifestar as seguintes opiniões:-----

----A Via Nascente deve ter duas vias em cada sentido, devendo passar por cima do Caminho de Ferro. Deverá ser deitado abaixo o viaduto que não suporta quatro faixas. Esta via deverá fazer a ligação ao Itinerário Complementar Onze;-----

----A Quinta da Macheia como área turística, não faz sentido, a não ser que se divida a zona dos Cucos e da Macheia em três áreas (A, B e C) e na zona do meio (B) nada se faça.-----

----Deverá ser equacionada a ligação da Quinta da Sertã à Estrada Nacional Nove, com duas vias em cada sentido, pois ainda que se apresentem algumas dificuldades esta via deverá ficar salvaguardada;-----

----Deverá também ficar prevista a variável que vai da Rotunda da Avenida Poente à Boavista / Olheiros;-----

----A saída de Torres Vedras para Lisboa, até á Rotunda dos Cavalos, tem duas vias em cada sentido. Deverá continuar a duplicação até entroncar com a Avenida da Liberdade;-----

----Deverá ser garantida uma circular à cidade;-----

----Não concorda com a via que passa perto dos Cucos.-----

----O Chefe de Divisão de Ordenamento do Território esclareceu que cada via ficará com um espaço canal reservado, como por exemplo a nova via (Paio Correia / Santa Cruz) terá cem metros para cada lado, no entanto para todas as situações deverão ser feitos estudos técnicos e de avaliação paisagística.-----

----Por outro lado a duplicação das vias pode ser acautelada em Plano de Pormenor.-----

----Por sua vez o Sr. Vereador Ferreira Nunes considerou que a via Nascente deve confinar com o verde ecológico, sendo que à direita dessa via, não deve haver construção.-----

----O Sr. Presidente sensibilizou para a existência de declives acentuados, pelo que será mais fácil a via passar mais abaixo.-----

----O Sr. Vereador Vale Paulos referiu que terá sempre que se dispor de um Plano de Pormenor, pois à escala de um Plano Director Municipal é difícil prever certas situações.-----

----Declarou não ver inconveniente em alargar o perímetro urbano Sul, não gostando de ver edifícios a tapar a linha do horizonte do Monte.-----

----O Sr. Vereador Ferreira Nunes disse concordar com o Sr. Vereador Vale Paulos pois é preferível não permitir construção no cume, alargando um pouco para o lado de Runa.-----

----O Sr. Vereador Engenheiro João António referiu que no caso das Marvãs a área urbana é de sessenta e nove hectares o que corresponde a cerca de cinco mil pessoas, pelo que terá que haver

uma rede viária capaz para escoar todo o trânsito que ali irá circular.-----

----Considerou que se está a permitir o crescimento da malha urbana no sítio mais complicado em termos de escoamento de trânsito.-----

----Alertou para a possibilidade de se vir a ter a encosta cheia de casas, pelo que será preferível aumentar a densidade na parte mais baixa preservando a encosta.-----

----O Chefe de Divisão de Ordenamento do Território esclareceu que o Monte do Gaio, que está previsto como zona turística e está classificado como Reserva Ecológica Nacional, não é compatível com o Verde Urbano Ecológico. Assim, ou a área é desafectada ou mantém-se como Reserva Ecológica Nacional, no meio da área urbana.-----

----O Sr. Vereador Caetano Dinis questionou se está prevista alguma área para equipamento a Sul tendo em conta a expansão nessa zona.-----

----Citou o caso de um equipamento de abastecimento que se tornará necessário, dado que a população irá duplicar, sendo útil ficar prevista a implementação de dois pequenos mercados, por exemplo no Barro.-----

----O Sr. Presidente frisou que a questão dos Mercados tem vindo a ser resolvida pelos privados. Lembrou que no Plano de Pormenor de Expansão Sul / Poente estavam previstos dois Mercados e nada se fez.-----

----Em resposta o Sr. Vereador Caetano Dinis disse que tudo foi uma questão de filosofia, pois, na sua opinião, o Mercado na Paróquia ficava bem, mas por uma questão de oportunidade surgiram primeiro os supermercados.-----

----A Sra. Vereadora Dra. Isabel Pinheiro declarou não concordar com a construção de prédios de seis pisos na Encosta. Manifestou a sua opinião de que o limite do perímetro urbano por onde está poderá ficar, desde que no Regulamento fiquem bem definidas a densidade e a altura, devendo ficar salvaguardadas as vistas.-----

----Referiu ainda que a expansão a Sul deve ser feita numa perspectiva de habitação de alta qualidade, sendo que no Regulamento do Plano Director Municipal isso poderá ser salvaguardado.---

----O Sr. Vereador Engenheiro Damas Antunes considerou que sendo o Varatojo uma localidade com identidade própria, justifica-se a separação da Cidade.-----

----O Sr. Presidente esclareceu que nesta área há já compromissos assumidos aquando da elaboração do actual Plano Director Municipal.-----

----Relativamente às áreas de equipamento questionou se as mesmas devem constar como “Equipamento Público”, ou simplesmente como “Equipamento”.-----

----Por sua vez o Sr. Vereador Ferreira Nunes referindo-se aos terrenos junto ao Cemitério de São Miguel, para onde foi solicitado o Interesse Municipal há bem pouco tempo, lembrou que foi sugerido pelo Sr. Presidente que o mesmo passasse a urbano, tendo em conta que se trata de uma

entrada da cidade.-----

----Voltando às áreas destinadas a Equipamento e após alguns esclarecimentos por parte da equipa técnica o Sr. Presidente disse que as mesmas terão a denominação simples de “Equipamento”, com excepção da que se pretende para Hospital que deverá constar como “Equipamento Público”.-----

----O Sr. Vereador Ferreira Nunes, após análise das cartas, declarou não poder concordar com a existência de um dente de área urbana no verde ecológico urbano, na zona do Barro por considerar uma incoerência, dado que contraria o previsto no Plano de Pormenor e porque o Vale em termos paisagísticos é o último reduto deste tipo, em Torres Vedras.-----

----O Sr. Vereador Caetano Dinis declarou também só aceitar a aprovação do aumento da área urbana nesta área, na condição de a mesma ser sujeita a uma unidade Operativa de Planeamento e Gestão, dado que confina com um Plano de Pormenor que só prevê vivendas. Na sua opinião ali não deve haver habitação plurifamiliar.-----

----O Sr. vereador Engenheiro Damas Antunes alertou para a necessidade de ficar acautelado um espaço alternativo ao Cemitério de São João, na Freguesia de São Pedro, uma vez que, se no futuro se vier a concretizar a transferência da gestão dos Cemitérios para as Freguesias, a de São Pedro não tem alternativa.-----

----Voltou a intervir o Sr. Vereador Engenheiro João António dando nota de que na sua opinião não faz sentido a existência de uma zona turística no Moinho do Gaió, considerando que a mesma não é mais do que uma extensão clara ao perímetro urbano.-----

----Entende que vinte e dois hectares para um Hotel é uma área demasiada grande, podendo esta ser reduzida de modo a permitir uma pequena unidade hoteleira. Nunca deverão ser permitidos apartamentos ou vivendas turísticas.-----

----Por último sugeriu que a zona turística do Forte venha a ser destinada a uma unidade tipo pousada.-----

----O Sr. Vereador Engenheiro Damas Antunes, mais uma vez, declarou não concordar que a zona de Arenas passe para habitação, dado que se trata de uma área de Leito de Cheias. Questionou o que irá acontecer à indústria que hoje lá está instalada.-----

----O Sr. Presidente esclareceu que a maior parte da indústria de Arenas é compatível com a área urbana. Por outro lado terá que ficar explícito que nesta zona será obrigatória a apresentação de estudos geológicos.-----

----O Chefe de Divisão de Ordenamento do Território lembrou que poderá ser estabelecido um regime transitório para alguns locais, como por exemplo para a zona da Fundação de Dois Portos e a de Arenas.-----

----A Câmara, tudo anotado, deliberou incumbir a equipa técnica da Divisão de Ordenamento do Território de fazer as correcções sugeridas, com vista a avançar-se para as fases seguintes.-----

APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES INTEGRANTES DESTA ACTA A FIM DE PRODUZIREM EFEITOS IMEDIATOS:-----

-----Todas as deliberações integrantes da presente acta foram aprovadas em minuta.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Às vinte horas e como não houvesse mais nada a tratar foi encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Câmara e pelo Sr. Director de Departamento Municipal de Administração Geral e Finanças, Dr. Acácio Manuel Carvalhal Cunha, ao abrigo do Despacho número mil, seiscentos e sessenta e três, de três de Fevereiro de dois mil.-----
